

Espaço público – sociabilidades e práticas sociais em Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI)

Public space - sociabilities and social practices in Urban Areas of Illegal Genesis (AUGI)

Joana Fernandes¹

Resumo

Este texto expõe os principais resultados referentes ao conceito de espaço público e às suas características em Áreas Urbanas de Génese Ilegal. A investigação esclarece de que forma as intervenções sócio urbanísticas em espaço público podem reforçar a identidade e as relações de vizinhança dos residentes nas AUGI. Para tal, foram analisados o bairro dos Peões, no concelho de Cascais, e o bairro do Casal Novo, em Odivelas - ambos localizados na Área Metropolitana de Lisboa, por meio de questionários e de conversas informais com os respetivos moradores. O conhecimento adquirido esteve na base da elaboração de um esboço reflexivo em torno de propostas estratégicas de intervenção baseadas nas singularidades de cada bairro, que favorecem o uso pedonal e prevêm lugares que encorajam a interação social.

Palavras-chave

Áreas Urbanas de Génese Ilegal, Espaço Público, Sociabilidades, Odivelas, Cascais.

Abstract

This paper sets out the main research related to the concept of public space and results its characteristics in Urban Areas of Illegal Genesis (UAIG). The research explains how the socio urban interventions in public space can enhance identity and neighborly relations of residents in UAIG. To this end, we analyzed Bairro dos Peões, in the municipality of Cascais, and Casal Novo, in municipality of Odivelas. Both in the Lisbon Metropolitan Area. To this end, in the research we mobilized direct observation, we established informal conversations and applied a questionnaire. The knowledge gained was the basis for the development of a reflective outline of strategic proposals based intervention in the singularities of each neighborhood, favoring pedestrian use and provide for places that encourage social interaction.

Keywords

Urban Areas of Illegal Genesis; Public Spaces, Sociabilities, Odivelas, Cascais.

Notas introdutórias

Para muitos indivíduos, desde cedo que o bairro aparece como um elemento forte no suporte das suas vivências e conseqüentemente na construção de memórias, a elas associadas. O olhar sobre a rua, a maneira como esta é vivida, com diferentes pessoas e propósitos, são momentos que marcam a existência humana e vão definindo a representação individual e coletiva do bairro.

É por meio do espaço público que o bairro cresce, no que respeita à sua dimensão coletiva e social, e adquire um papel fundamental no processo de aprendizagem e experimentação e na estruturação do lugar.

Neste sentido, a vontade de evidenciar a dimensão social do urbanismo e da arquitetura e o interesse em observar e perceber a maneira como

os indivíduos vivem o espaço, especialmente em Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI), não planeadas e com grandes carências ao nível do espaço público, constituem o grande mote para uma investigação que pretende esclarecer de que modo as intervenções sócio urbanísticas em espaço público, podem reforçar a identidade e as relações de vizinhança dos residentes em AUGI.

Pelas características intrínsecas e muito particulares das AUGI, pareceu interessante aprofundar o conhecimento sobre quem são atualmente os residentes nas AUGI; quais os principais problemas sociais e urbanos vivenciados nestes territórios, principalmente ao nível da carência de espaços públicos de qualidade, sejam edificados ou naturais, planeados ou informais; quais as necessidades e expectativas dos residentes face a possíveis futuras intervenções nestes locais;

¹ Mestre em Arquitetura pela Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa.

e tentar perceber a relação causa-efeito destes fatores com o isolamento dos residentes, principalmente dos idosos, e com o afastamento das gerações mais novas.

O estudo teve como principais objetivos perceber a imagem que os habitantes têm do seu bairro; entender as relações passado-presente dos indivíduos e/ou grupos, enquanto habitantes dos bairros em questão; compreender a rua como espaço de sociabilidade; perceber o contributo das relações de vizinhança no estímulo das relações de identidade população-bairro; e numa fase conclusiva, procurou-se esboçar algumas estratégias de intervenção por parte da Arquitetura sobre o espaço público e que possam contribuir para o aumento da qualidade de vida dos habitantes dos bairros em estudo.

Tendo por base a dissertação de mestrado em Arquitetura: O Bairro na Cidade-Génesis de vida social de bairro nas AUGI apresenta-se uma análise em torno dos efeitos da falta de planeamento urbano, na constituição de espaços públicos de qualidade e consequentemente na limitação das práticas sociais e sociabilidades entre os habitantes das AUGI, tendo como base alguns princípios identificadores da vida de bairro.

Áreas Urbanas de Génesis ilegal e espaço público

Em Portugal, principalmente nos anos 60 do séc. XX, os bairros clandestinos cresceram significativamente devido às migrações internas e aos retornados da guerra colonial. A população que originalmente veio residir nas AUGI era na sua grande parte oriunda de meios rurais. Como tal, os seus hábitos e modos de vida relacionam-se estreitamente com as suas origens, experiências de vida e aprendizagens. Assim, de acordo com Jorge (2010b), as suas aspirações passam pela posse de um terreno e aquisição ou construção de habitação própria. As habitações de dimensões reduzidas que caracterizavam os meios rurais, bem como a falta de privacidade, quando os membros do agregado familiar eram muitos relativamente ao espaço habitacional que tinham que partilhar, parecem estar na origem destas aspirações em torno da procura por espaço e privacidade, essencialmente aliada à busca de melhores condições socioeconómicas.

Estas pessoas procuravam o contacto com a natureza e era nas periferias a custos mais acessíveis que encontravam a devida proximidade com o meio rural pelo que se constata que a maioria dos lotes nestes territórios apresenta uma mora-

dia com quintal. Por isso, de acordo com Ferreira *et al.*, citado por Jorge (2010b, p. 148) na adaptação à cidade, os residentes do clandestino não pretenderam “urbanizar o rural”, mas sim “ruralizar o urbano”, de acordo com o seu *habitus*. Segundo Jorge (2010b), por trás destas ambições conseguem perceber-se valores simbólicos que assentam na noção de património e num imaginário rural em que o retorno às origens revela muita importância.

Estas lógicas e dinâmicas sociais e económicas, assentes em modos de vida entre o rural e o urbano e que estão na base da construção e constituição destes aglomerados habitacionais, não seguem nenhuma linha condutora uniforme e por sua vez, não houve preocupação com a existência/qualidade de infraestruturas. Consequentemente o espaço público resultou do espaço intersticial entre o edificado, sendo que, nem sempre estes vazios representam localizações eficazes e benéficas para a génesis de espaços públicos de qualidade (espaços que favoreçam as populações, lhes permitam a prática de atividades diversas e opcionais e que fortaleçam a relação de identidade população-bairro).

Neste sentido, torna-se importante que os residentes estejam cientes dos limites e fronteiras do seu bairro, que saibam o que lhes pertence e o que lhes é alheio ou estranho. Socialmente, a territorialidade assume um papel muito importante ao nível das interações, sendo que a partilha do mesmo espaço com vários indivíduos que lá pertencem pode fortalecer o sentido de identidade grupal na medida em que estão expostos aos mesmos estímulos, experiências e conhecimentos comuns (Muga, 2006, p. 131).

A cidade contém uma diversidade de bairros que não resultam só de uma determinada localização no território e de um determinado tipo de edificado, devendo grande parte da sua caracterização e reconhecimento à componente relativa aos seus residentes e às relações recíprocas entre eles e o espaço público que partilham.

Por outro lado, a qualidade das acessibilidades, as características das ruas no que diz respeito à oferta de oportunidades para criar hábitos de permanência ou deslocação, a existência de espaços de lazer otimizados, de áreas de contemplação, de momentos excecionais, de serviços úteis à população residente e/ou às populações vizinhas e de comércio, assim como o reconhecimento de uma centralidade, são elementos que contribuem para fortalecer um bairro.

Indovina (2002) considera que o espaço público constitui um fator importante na identidade que os lugares adquirem através dos seus valores

simbólicos. Por outro lado, é assumido como o lugar da palavra, da sociabilidade, do encontro e é aí que a sociedade encontra o seu espaço livre de expressão, através de grupos sociais, culturais e políticos, devendo por isso contribuir para a representação pessoal, cultural, social e política. Também Borja (2003) partilha a ideia de que o espaço público adquire uma dimensão sociocultural muito importante, na medida em que é lugar de relações e identificações, de contacto entre as pessoas, de animação urbana e de expressão comunitária. Defende este autor que a própria dinâmica da cidade e os comportamentos dos seus habitantes podem gerar espaços públicos que não eram até ao momento considerados como tal, nem estavam previstos. Por outras palavras, o que define a natureza do espaço público é o uso que os indivíduos ou grupos fazem dele.

Pode agrupar-se os espaços públicos segundo dois tipos: os lineares – que correspondem a espaços de circulação como ruas, travessas, entre outros; e os não lineares – que são associados a lugares de permanência (Gehl e Gemzoe, 2000).

No caso específico das AUGI, como a principal preocupação dos habitantes assentou sobre o espaço privado, não houve qualquer intenção sobre o espaço público. “As populações tinham o sonho de construir uma casa, não ambicionavam construir cidade, o que condiciona a relação entre o individual e o colectivo, entre o espaço privado e o espaço público” (Jorge, 2010b, p. 148). Apesar disso, já se denota algum interesse, principalmente por parte das gerações mais novas e de actores institucionais, face à existência de espaços públicos (livres ou edificados), o que impulsiona, de certa forma, as intervenções no espaço público.

Mediante estas particularidades, torna-se pertinente aflorar o conceito de “espaço público incivil” (Levy citado por Castro, 2002, p. 58), na medida em que permite definir e distinguir alguns espaços que são efetivamente públicos mas que apresentam algumas falhas como “falta de serviços públicos e equipamentos; tratamento estético inexistente ou medíocre; não reconhecimento das especificidades locais; acessibilidade nula ou reduzida” (idem, *ibidem*).

Nestas áreas de génese ilegal, o espaço público decorre essencialmente da aparência exterior e da disposição do espaço privado. É notória uma intenção de embelezamento do espaço de entrada dos lotes através de vedações, mais ou menos permeáveis, com mais ou menos adereços. Também se verifica o uso da cor, bem como a aplicação de material cerâmico (por exemplo azulejos), nas fachadas. No que diz respeito às tipologias, predomina a habitação unifamiliar de

um, dois ou, no limite, três pisos, normalmente com garagem. Verifica-se a existência de algumas moradias plurifamiliares quando alguns pisos são arrendados para rentabilizar o espaço. Algumas apresentam ainda pequenos anexos, aproveitados muitas vezes pelos proprietários, também para arrendamento. Assim, neste caso, o espaço público é de certa forma determinado por estes fatores. As pessoas têm geralmente espaço livre dentro do seu loteamento (quintal) e acabam por utilizar pouco o espaço exterior, dificultando ou, em alguns casos, impedindo as interações sociais. Ao nível da habitação plurifamiliar assume-se como espaço público de excelência as partes comuns dos edifícios, como os acessos e espaços de circulação.

No que respeita ao espaço público efetivo, é frequente a inexistência ou deficiência de passeios; algumas ruas principais continuam por regularizar; praticamente não existem espaços públicos, cobertos ou livres e existe escassez de mobiliário urbano; o sombreamento é decorrente da posição das habitações, existindo pouca arborização; e no geral, as redes de transportes não são suficientes para o acesso rápido ao centro da cidade.

É ao nível da rua que grande parte das práticas sociais se concretiza e, de facto, constata-se, nestes territórios de génese ilegal, a predominância de espaços públicos lineares. Assim e como nem sempre existem lotes disponibilizados para cedência, ou esses lotes não são adequados às necessidades de génese de espaços públicos não lineares (pela dimensão, morfologia ou localização), a rua representa o principal palco de interação, devendo ser-lhe atribuídos usos de acordo com as características da população (idade, mobilidade, tempo de residência no bairro, etc.).

Para Gehl (2013), as cidades devem oferecer oportunidades e boas condições para que as pessoas se sintam bem ao caminhar, ao parar, ao sentar, ao olhar, ao ouvir e ao falar, ao habitar. Quando se dirige o olhar para o nível do bairro e especialmente para as AUGI, essas condições continuam indispensáveis para a existência das interações sociais, uma vez que a qualidade da habitação e do espaço, a nível visual, parece ser decisivo para o melhoramento da qualidade de vida.

Em suma, as condições para a interação e sociabilidade devem ser oferecidas e estimuladas pelo espaço, pela rua, uma vez que são indispensáveis na formação do ser humano. Para Gehl (2013, p. 148) “ver e ser visto é a forma mais comum de encontro entre as pessoas”. O autor defende que a qualidade do espaço público se pode medir pela diversidade de atividades que o indivíduo lá pratica. Um aumento na sua qua-

lidade estimula, em especial, as atividades opcionais, das quais dependem as relações sociais (Gehl, 1996). Em espaços públicos de qualidade reduzida, o indivíduo, ou grupo, só fazem o estritamente necessário.

Por outro lado, a organização *Project for Public Spaces* (1975) tem realizado diversos estudos no sentido da qualificação dos espaços públicos que a cidade integra e especifica quatro principais atributos-chave para a análise da qualidade dos mesmos: as acessibilidades e ligações - devendo os espaços públicos ser facilmente acessíveis e bem conectados com a envolvente; o conforto e imagem - devendo englobar espaços confortáveis e zelar pela boa imagem, arquitetónica, urbanística e funcional do espaço em questão; os usos e atividade - na medida em que o espaço deve ser convidativo à prática das mais diversas atividades; e a sociabilidade - cujas características devem encorajar a permanência e o visitar do lugar. Durante a investigação, seguiu-se, de certa forma, esta metodologia, na análise dos dois casos de estudo e na reflexão sobre as propostas de intervenção. No entanto, o método ajusta-se facilmente a um contexto de centro urbano, que abranja populações diversificadas e em maior número.

No caso das AUGI, é essencial ter em conta as fragilidades e condicionantes evidentes, pela sua localização, pré-existências, perfil da população, aspirações e valores intrínsecos. Desta forma, torna-se essencial adaptar a metodologia a cada caso específico, atendendo às suas origens geográficas e sociais, reportórios culturais, experiências pessoais e memórias dos habitantes e incorporando toda esta informação sensorial nos projetos urbanos, nomeadamente na qualificação dos espaços públicos.

Otimizar o espaço público no Bairro do Casal Novo e no Bairro dos Peões

Como referenciais empíricos de pesquisa, selecionou-se duas AUGI com algumas semelhanças, nomeadamente em termos de carências a nível de espaço público de qualidade, mas também com características dissemelhantes em termos de localização, morfologia, tipologia e dimensão. Concretamente, a escolha recaiu sobre o bairro do Casal Novo, no concelho de Odivelas e o bairro dos Peões, no concelho de Cascais.

O bairro do Casal Novo (Figura 1) pertence à união de freguesias de Ramada e Caneças, localizada no Município de Odivelas, abrange uma área de cerca de 80ha, localizada a Noroeste do territó-

rio municipal e teve a sua origem nos anos 70 do séc. XX. A poente, encontra-se limitado pelo município de Sintra e a norte pela A9-CREL que por sua vez, é o principal eixo de ligação viário entre Odivelas, Loures, Sintra, Amadora e Lisboa.

Esta zona é constituída por solos de topografia relativamente acidentada, o que acaba por isolar de certa forma o bairro. As vias não se apresentam diferenciadas, no que respeita ao seu carácter, e o edificado que compõe o Casal Novo é muito heterogéneo. Apresenta construções geralmente unifamiliares, de volumetrias variáveis entre um e dois pisos, muitas vezes com existência de anexos, e nota-se a existência de muros a marcar os limites dos lotes. Não se verifica a existência de alguma regra unificadora. Pelo contrário, os lotes atuais são bastante semelhantes às parcelas agrícolas que lhes deram origem.

Por outro lado, o Bairro dos Peões (Figura 2) define-se como uma AUGI, adjacente à localidade de Talaíde, que pertence ao município de Cascais, freguesia de São Domingos de Rana, e se localiza no extremo nordeste deste território municipal, a cerca de 20km do centro de Lisboa.

Este bairro teve a sua génese na segunda metade do séc. XX e afirma-se como um núcleo habitacional que ocupa cerca de 5ha constituindo uma parcela de uma vasta área de loteamento com cerca de 40ha de terreno. Localiza-se nas proximidades dos limites com os concelhos vizinhos, Oeiras a este e Sintra a norte.

Esta é uma zona caracterizada por solos de topografia acidentada, ainda assim, a poente da estrada de Talaíde, é possível encontrar a antiga



Figura 1 – Bairro Casal Novo - Odivelas
Fonte: Elaboração própria, 2015

pedreira, um núcleo de génese ainda ilegal onde se integram várias construções de cariz industrial, um núcleo habitacional e na zona de cota mais elevada ainda existe um campo de jogos que pertence ao Grupo de Solidariedade Musical e Desportiva de Talaíde, que se mantém em atividade há 85 anos. No entanto, as pessoas optaram por se fixar na área onde os solos são mais regulares, na área correspondente ao núcleo histórico, e lá construíram as suas habitações.

O edificado que compõe o bairro é muito heterogéneo, apresentando construções nucleares de volumetrias variáveis entre um e dois pisos, muitas vezes com existência de caves, sempre que o terreno o tenha permitido.

Tal como no caso do bairro do Casal Novo, também aqui não se diferencia o carácter das vias. A dimensão e configuração dos lotes também não parecem seguir uma lógica uniforme, sendo que a área correspondente ao núcleo dos fundadores (Largo dos Peões e Rua dos Fundadores) é aquela onde o emparcelamento e a forma de apropriação do solo são mais irregulares, o que dificulta o enquadramento legal. Este é um bairro onde, em virtude das condições socioeconómicas de muitas das famílias, têm emergido, ao longo dos anos, segundos e até terceiros fogos dentro dos lotes primitivos, destinados a novos agregados familiares, regra geral para alojar os descendentes do núcleo familiar primitivo.

No sentido de conhecer o contexto urbano de cada bairro e a população residente, nomeadamente os seus comportamentos, opiniões, aspirações, necessidades entre outros aspetos, a investigação que levamos a efeito cruza métodos quantitativos e qualitativos, tendo-se utilizado uma diversidade de técnicas de recolha e análise de informação como a análise documental e



Figura 2 – Bairro dos Peões - Cascais
Fonte: Elaboração própria, 2015

cartográfica, entrevistas individuais e em grupo e o inquérito por questionário. Na aplicação desta técnica delimitou-se uma amostra (não probabilística e por conveniência) de 40 residentes: 18 no bairro dos Peões, Cascais e 22 no caso do bairro do Casal Novo, em Odivelas. Também as conversas informais com os moradores e com as instituições e serviços com intervenção nos bairros em causa, tais como Câmaras Municipais e Associações de Moradores, contribuíram fortemente para um melhor conhecimento sobre a realidade de cada bairro.

Pretende-se aqui apresentar alguns dos resultados sobre o espaço público e sobre o uso do mesmo, por parte dos seus habitantes, derivados da análise dos inquéritos por questionário.

Nos dois bairros é perceptível a falta de espaços verdes e os problemas associados aos espaços públicos prendem-se com as mesmas questões - pouca arborização/sombreamento, falta de mobiliário urbano e falta de manutenção.

No caso do bairro do Casal Novo, verifica-se que quem aponta estes problemas, na sua maioria, não utiliza a rua, pelo que se pode pensar na possibilidade de constituir atrativos e incentivar as pessoas a saírem de suas casas e a desfrutar da rua através de arborização e sombreamento ao longo das ruas do bairro (Figura 3). Tudo isto aliado à implementação de mobiliário urbano em pontos estratégicos e tendo em conta a necessidade de manutenção, quer das próprias ruas, quer dos espaços públicos qualificados.

Em contrapartida, no bairro dos Peões (Figura 4), as pessoas utilizam a rua para conversar e conviver com os vizinhos o que revela sobretudo a existência de uma maior coesão e maior nível de sociabilidade entre os habitantes do bairro e não propriamente a existência de espaços públicos de qualidade. Quando questionados sobre a falta de espaços públicos, a maioria responde que não necessitam de mais. Neste caso as pessoas encontram-se na rua, em alguns cafés e esse vem a ser um ponto-chave na elaboração das estratégias de qualificação, passando estas por privilegiar a rua e as utilidades que esta pode assumir.

Relativamente às principais necessidades dos espaços públicos, pode constatar-se as mesmas não variam muito de um bairro para o outro. Atente-se, por exemplo, nas respostas referentes ao grupo de pessoas com idades entre os 25 e os 64 anos: no que respeita às principais necessidades, com exceção do centro cívico/multiusos, as carências prendem-se, nos dois bairros, com a necessidade de um lugar de aprendizagem e entretenimento para as crianças e um centro de dia que

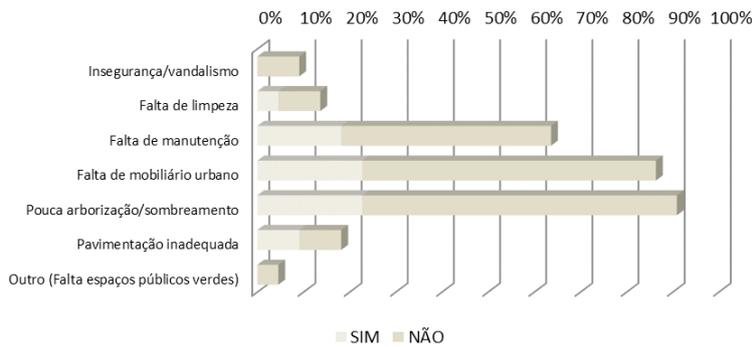


Figura 3 – Principais problemas associados aos espaços públicos do bairro (%) – Casal Novo

Fonte: Elaboração própria, com base no inquérito realizado, 2015

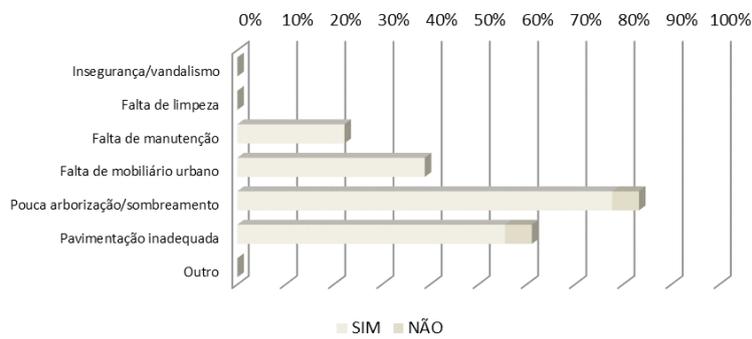


Figura 4 – Principais problemas associados aos espaços públicos do bairro (%) – B° dos Peões

Fonte: Elaboração própria, com base no inquérito realizado, 2015

viabilize o convívio e interação entre os idosos.

Também a criação de jardins e praças é muito requerida pelos habitantes dos dois bairros.

No caso do bairro Casal Novo (Figura 4) as pessoas concordam com a construção de um centro de dia. Algumas pessoas têm familiares próximos, idosos, a seu cargo e a conciliação entre a vida la-

boral e a familiar não facilita o seu cuidado. Neste sentido, um centro de dia poderia ser muito útil ao apoiar as famílias nos cuidados aos mais idosos.

Ainda dentro desta faixa etária há pessoas que já estão aposentadas ou sem trabalhar, por razões diversas, e ficou perceptível, aquando da aplicação dos inquéritos, que este possível cen-

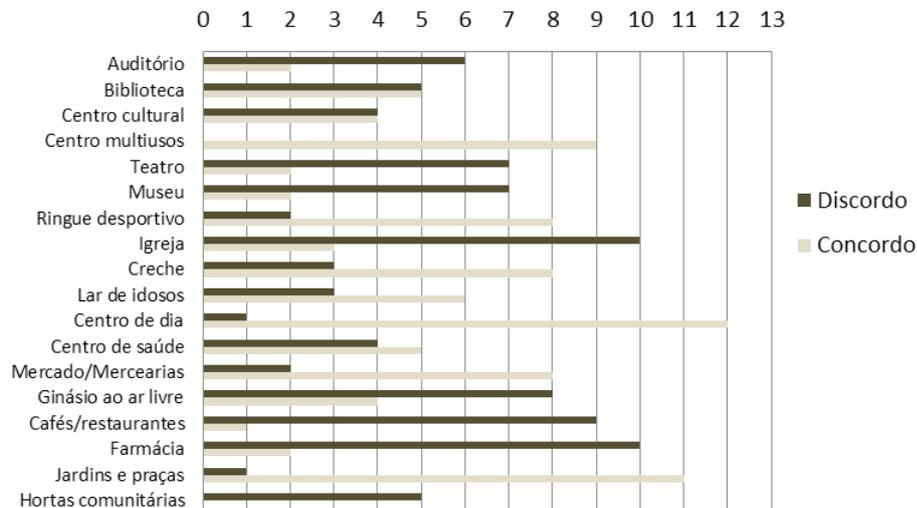


Figura 5 – Principais necessidades do bairro - faixa etária dos 65 ou mais anos (N) – Casal Novo

Fonte: Elaboração própria, com base no inquérito realizado, 2015

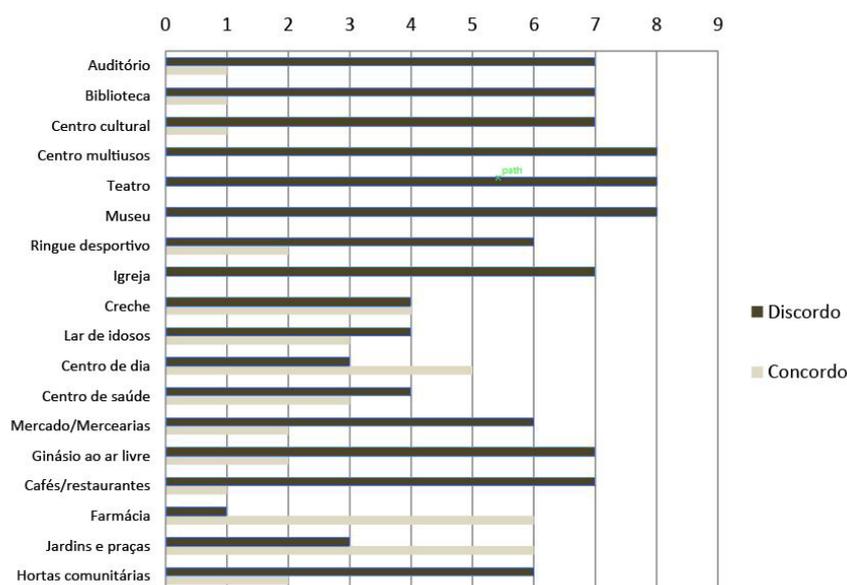


Figura 6 – Principais necessidades do bairro - grupo etário dos 65 ou mais anos (N) – B° dos Peões

Fonte: Elaboração própria, com base no inquérito realizado, 2015

tro de dia é representado por estas pessoas como um centro comunitário onde poderiam conviver com outras pessoas da mesma idade e com uma situação social similar. É neste contexto que também apontam a necessidade igualmente evidente de um centro multiusos.

No caso do Bairro dos Peões (Figura 6), acresce a necessidade de um equipamento público destinado a crianças, referida por quem tem filhos ou netos. As pessoas que têm familiares próximos, idosos e a seu cargo, referem o lar de idosos como equipamento muito útil na disponibilização de cuidados de saúde e outros indispensáveis à qualidade de vida dos idosos mais sós, com menos autonomia.

Estratégias de intervenção sobre o espaço público

Com base na análise das respostas aos inquéritos por questionário, foram esboçadas algumas estratégias de intervenção para o espaço público de cada bairro.

No caso do bairro do Casal Novo entre outros pontos estratégicos, destacam-se as seguintes intenções:

1) Reforçar a malha geral do bairro, pela definição das ruas, vias e da sua envolvente próxima e rever e alterar os sentidos de trânsito.

Esta constitui uma oportunidade de promover a sociabilidade, pretende definir-se um percurso pedonal, complementado por uma ciclovia, que otimize as ligações pedonais às áreas adjacentes - que aproxime todos os residentes, geográfica e socialmente, que atraia as pessoas a utilizar a rua e que sirva de elo de ligação entre os principais equipamentos propostos. Este percurso culmina no largo da igreja.

2) Mobilizar a população e oferecer a possibilidade da prática de atividades recreativas e culturais que evitem o isolamento e promovam a partilha de histórias, memórias e conhecimentos, através da criação de um centro multiusos (Figura 7), localizado no principal vazio da rua do Brasil, bem como promover o envolvimento da população no seu funcionamento, a tempo inteiro ou parcial, através de uma eventual associação. Este pretende ser um espaço a ser utilizado por pessoas de diferentes idades, constituindo uma referência para encontros de amigos e onde as pessoas, em geral, possam interagir e criar laços.

Este edifício inclui no seu programa salas de estudo, para crianças/jovens, associadas a uma pequena biblioteca e espaço lúdico integrados no mesmo centro multiusos. Também terá lugar um auditório e uma sala polivalente - onde se possam desenvolver *workshops* sobre temas variados e abrangentes, que dinamizem a população; uma área de cantina - na qual os habitantes do

bairro tenham possibilidade de participar, quer em formações sobre alimentação e culinária, quer na mostra de qualidades e competências já possuídas neste domínio; e ainda um ringue desportivo dentro dos limites do centro - de modo a envolver as pessoas através da concentração de diversas atividades.

No que diz respeito à intervenção no espaço público do Bairro dos Peões, destacam-se as seguintes estratégias:

1) A resolução da atual rede viária no interior do bairro, com a eliminação das situações de rutura ou descontinuidade atualmente existentes, bem como a reformulação dos atuais sentidos de circulação no bairro, criando alguns arruamentos com sentido único de circulação automóvel de forma a aumentar o espaço de passeio e a reduzir conflitos entre pedestres e veículos e a aumentar o sentimento de segurança no bairro.

2) A criação de uma zona pedonal correspondente ao núcleo histórico do bairro, a qual, ao limitar o tráfego viário fundamentalmente aos residentes e ao impor reduzidas velocidades de circulação, constituirá um importante elemento dissuasor da penetração do automóvel no bairro (Figura 8). Definiu-se como estratégia intensificar a importância do núcleo histórico (largo dos Peões e rua dos Fundadores), ao requalificar a área de maneira a que esta constitua a principal centralidade e referência no bairro. Para permitir essa otimização do espaço de permanência estritamente pedonal e aumentar a legibilidade do mesmo, atende-se ao desenho da separação entre o espaço de acesso viário e o espaço estritamente pedonal, através de um pequeno desnível, de uma eventual diferença de pavimentação ou da aplicação de elementos de separação, naturais ou artificiais.

Considerações finais

Embora a génese das duas AUGI se tenha dado sensivelmente na mesma altura e por motivos aparentemente semelhantes, as relações interpessoais e de enraizamento no lugar são díspares de um bairro para o outro. Ambos os bairros são lugares deficitários em transportes públicos, em serviços, pequeno comércio, em atividades várias e em espaços públicos de qualidade, espaços verdes, havendo pouca arborização/sombreamento, falta de mobiliário urbano e falta de manutenção.

No que respeita às principais necessidades, com exceção do centro cívico/multiusos, as outras necessidades são similares; a necessidade de um lugar de aprendizagem e entretenimento



Figura 7 – Proposta geral Bairro Casal Novo – Centro multiusos e percurso pedonal/ciclovial proposto

Fonte: Elaboração própria com base em documentos cedidos pela CM Odivelas, 2015

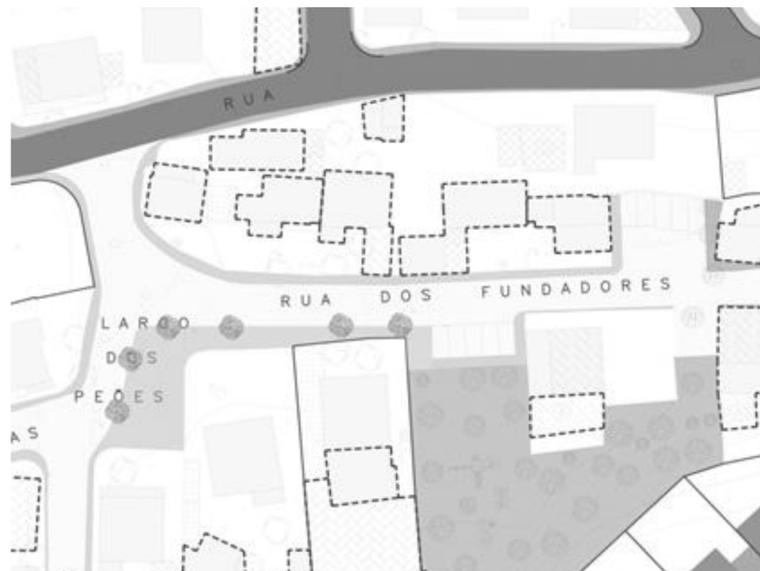


Figura 8 – Proposta de requalificação do Largo dos Peões – Bº dos Peões - Cascais

Fonte: Elaboração própria com base em documentos cedidos pela Unidade de licenciamento AUGI, CMCascais

para as crianças e um centro de dia que viabilize o convívio e interação entre os idosos. Também a criação de jardins e praças é algo muito requerido pelos habitantes dos dois bairros.

Neste sentido, as intervenções propostas, apesar de ligeiramente distintas, assentam sobretudo na necessidade de se criar espaços públicos de

qualidade que estimulem o convívio, a conversa, a interação social; que ajudem a construir narrativas que venham a constituir memória, que sejam referenciais na vida das pessoas que os habitam e que no conjunto com outros elementos característicos do bairro, contribuam para gerar orgulho e sentido de pertença. As intervenções propostas devem: i) gerar espaços lineares de qualidade através do aperfeiçoamento das pré-existências atualmente eficazes ou, nalguns casos, da gênese de novos espaços (ligações pedonais, percursos eficazes, definição dos caracteres das ruas); ii) promover o equilíbrio entre circulação pedonal e viária e a sua separação eficaz; iii) criar espaços multifuncionais e adaptáveis a diversas atividades e faixas etárias; iv) propor a existência de equipamentos e elaborar um esboço de usos e interações possíveis; v) e criar espaços não lineares, de permanência- ou otimizar os existentes quando aplicável. Tudo isto adaptado a cada situação e população específicas.

Estas linhas orientadoras ajudam a gerar condições para que os “filhos do bairro” possam interagir e expressar-se em grupo e desenvolver memórias do seu “lugar de infância”, lugar que faz parte do processo de crescimento e desenvolvimento humano, podendo refletir-se, nas relações identitárias face ao bairro e na transmissão desses elementos simbólicos às gerações futuras e novos moradores.

Em jeito de conclusão, nesta linha de pensamento, Borja (2003, p. 9) salienta que o espaço público define a qualidade de uma cidade ao afirmar que não é só um indicador da qualidade urbana, mas também, um instrumento privilegiado na política administrativa para fazer cidade, servindo para clarificar periferias, renovar de antigos centros, produzir novas centralidade, assim como, para coser e agregar tecidos urbanos, simbolizando também a qualidade de vida dos seus cidadãos e a qualidade de cidadania dos mesmos.

Referências bibliográficas

- Borja, Jordi (2003), “La ciudad conquistada”, Madrid: Alianza Editorial.
- Castro, Alexandra (2002), “Espaços públicos, coexistência social e civilidade”, *Cidades-comunidades e territórios*, n.º 5, pp. 53-67.
- Gehl, Jan e Gemzoe, Lars (2000), “Novos Espaços Urbanos”, Barcelona: Editorial Gustavo Gili.
- Gehl, Jan (1996), “Life Between Buildings. Using Public Space”, 3ª Edição, Copenhaga: Arkitektens Forlag.
- Gehl, Jan (2013), “Cidades para pessoas”,

São Paulo: Perspectiva.

- Indovina, Francesco (2002), “O Espaço Público: Tópicos sobre a sua Mudança”, *Cidades, Comunidades e Territórios*, n.º 5, pp. 119-123.

- Jorge, Sílvia (2010a), “Da produção à qualificação do espaço urbano de gênese ilegal: o caso da freguesia de Unhos”, *Dissertação de Mestrado em Reabilitação da Arquitectura e Núcleos Urbanos*, Lisboa: Faculdade de Arquitectura, Universidade Técnica de Lisboa.

- Jorge, Sílvia (2010b), “Qualificação do espaço público de loteamentos de gênese ilegal na grande área metropolitana de Lisboa”, em: Lúcia Bógus et al. (orgs.). *Da irregularidade fundiária urbana à regularização: análise comparativa Portugal-Brasil*, S. Paulo: Educ, pp. 143-158.

- Muga, Henrique (2006), “Psicologia da arquitectura”, Lisboa: Gailivro.

- Project for Public Spaces (1975), “What Makes a Successful Place?”, Disponível em: <http://www.pps.org/reference/august2005what-makesplacegreat/>, Consultado em: 20-11-2014.